



Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto **Resolução BCB nº 2/2020** do Banco Central do Brasil, apresentamos a seguir o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.** referente à data-base de 30 de junho de 2024.

Demonstrativos compreendidos:

1. Termo Declaratório;
2. Relatório da Administração;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração do Resultado do Exercício;
5. Demonstração do Resultado Abrangente;
6. Demonstração das Mutações do Exercício;
7. Demonstração do Fluxo de Caixa;
8. Notas Explicativas.
9. Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações divulgadas no site em 29/08/2024 <https://www.cdcbank.com.br>

A Diretoria da **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados. Camila Dias Barros Diretora, Emille Franciele Dias Barros Catrink Diretora e Paulo Eduardo Pereira CRC SC 030018/O-3.

Atenciosamente,

CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.

Camila Dias Barros
Diretora

Emille Francielle Dias Barros Catrink
Diretora

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2024.



Índice

1.	TERMO DECLARATÓRIO	3
2.	RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO RA	4
3.	BALANÇO PATRIMONIAL BP	7
4.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DRE.....	8
5.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE DRE-A.....	9
6.	DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DMPL.....	9
7.	DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA DFC	10
8.	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	11
8.1.	CONTEXTO OPERACIONAL	11
8.2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
8.3.	PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS	11
8.4.	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	14
8.5.	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	14
8.6.	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	14
8.6.1.	<i>Composição das Operações de Crédito.....</i>	14
8.6.2.	<i>Composição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa por níveis de risco.....</i>	15
8.6.3.	<i>Evolução da Provisão de Crédito</i>	15
8.6.4.	<i>Concentração das Operações Crédito.....</i>	15
8.7.	OUTROS CRÉDITOS	15
8.7.1.	<i>Impostos a Compensar.....</i>	16
8.8.	IMOBILIZADO	17
8.9.	INTANGÍVEL.....	17
8.10.	OUTROS DEPÓSITOS	17
8.11.	OUTRAS OBRIGAÇÕES	17
8.12.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	18
8.12.1.	<i>Capital Social.....</i>	18
8.12.2.	<i>Reserva de Lucros</i>	18
8.12.3.	<i>Juros sobre o Capital Próprio</i>	18
8.12.4.	<i>Lucro/Prejuízo Acumulado</i>	18
8.12.5.	<i>Impostos e Contribuições.....</i>	19
8.13.	GERENCIAMENTO DE RISCO	19
8.13.1.	<i>Risco de Crédito.....</i>	19
8.13.2.	<i>Risco de Liquidez.....</i>	19
8.13.3.	<i>Risco Operacional.....</i>	19
8.13.4.	<i>Risco Socioambiental</i>	20
8.13.5.	<i>Risco de Capital.....</i>	20
8.13.6.	<i>Ouvidoria.....</i>	20
8.13.7.	<i>Limite Operacional (Acordo da Basileia)</i>	20
8.14.	OUTRAS INFORMAÇÕES.....	21
8.14.1.	<i>Elaboração das DF'S.....</i>	21
9.	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	21



1. Termo Declaratório

Termo Declaratório: Eu, **CAMILA DIAS BARROS**, brasileira, economista, domicílio comercial na avenida Raja Gabaglia, nº 4000 Sala 419, Estoril, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30.494-310, Estado de Minas Gerais, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Atenciosamente,

CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.

Camila Dias Barros
Diretora

Emille Francielle Dias Barros Catrinck
Diretora

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/0-3
Contador

Belo Horizonte, 29 de agosto 2024.



2. Relatório de Administração | RA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração da **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.** submete a V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, relativos aos semestres findos em **30 de junho de 2024 e de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.**

No contexto de desenvolvimento do mercado e das contínuas inovações, a revolução digital representa um fator determinante na concorrência. A Sociedade direciona investimentos para os avanços tecnológicos, aprimora constantemente a capacitação da nossa equipe para a diversificação do portfólio com a introdução de novos produtos.

Visão Estratégica: A Sociedade se concentrou em continuar a fortalecer sua presença no mercado financeiro como uma alternativa ágil e eficiente para a concessão de crédito direto a pessoas físicas e jurídicas. Essas abordagens têm como objetivo central garantir nossa competitividade e aprimorar a geração de valor.

Atividades e Resultados:

Ampliação da Carteira: Durante este período, registramos um crescimento significativo na base de clientes, demonstrando a demanda crescente por nossos serviços de crédito direto. Isso reflete nossa capacidade de atender às necessidades de uma ampla gama de clientes.

Tecnologia e Plataforma: Investimos na melhoria contínua de nossa plataforma tecnológica para garantir uma experiência de usuário intuitiva, processos eficientes e segurança robusta. A plataforma permite que os clientes solicitem empréstimos, acompanhem suas transações e acessem informações financeiras de maneira conveniente.

**Governança Corporativa:**

A Sociedade incorpora uma política de governança corporativa com princípios de ética, transparência, respeito e equidade, norteados as relações com clientes, parceiros, fornecedores e colaboradores. Mantemos um compromisso com o aperfeiçoamento contínuo da gestão, sempre respaldado pelas diretrizes e estratégias estabelecidas pela Alta Administração.

Conformidade e Regulamentação: Mantivemos um compromisso com a conformidade regulatória. Trabalhamos em estreita colaboração com as autoridades reguladoras para garantir que nossas operações estejam em conformidade.

Gestão de Riscos: Implementamos estratégias de gestão de riscos para mitigar ameaças operacionais e financeiras. Nossa abordagem inclui a avaliação cuidadosa de perfis de crédito, análises de viabilidade e monitoramento constante de inadimplência.

Inovação e Perspectivas Futuras:

Novos Produtos e Serviços: Continuaremos a expandir nossa oferta de produtos e serviços para atender às necessidades em constante evolução dos clientes.

Parcerias Estratégicas: Buscaremos oportunidades para estabelecer parcerias estratégicas com instituições financeiras, fintechs e empresas de tecnologia. Essas parcerias nos permitirão ampliar nossa base de clientes e aumentar nossa presença no mercado.



Experiência do Cliente: Continuaremos a aprimorar a experiência do cliente, investindo em atendimento personalizado, rapidez nas decisões de crédito e comunicação clara. Nossa meta é manter altos níveis de satisfação do cliente.

Agradecimentos

A Sociedade está dedicada a oferecer aos nossos clientes soluções financeiras inovadoras, seguras e de confiança. Ao manter nosso foco na aderência regulatória, na aplicação de novas tecnologia e no estreitamento do relacionamento com os clientes, estamos preparados para enfrentar os obstáculos e explorar as perspectivas futuras no âmbito do mercado de crédito direto.

A Administração da Sociedade agradece a confiança depositada de seus clientes e parceiros e ao empenho de seus colaboradores.

Camila Dias Barros



3. Balanço Patrimonial | BP

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

(Expressos em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado)

ATIVO	Nota Explicativa	30/06/2024	31/12/2023	PASSIVO	Nota Explicativa	30/06/2024	31/12/2023
Ativo Circulante		7.053	4.347	Passivo Circulante		5.994	3.407
Disponibilidades.....	8.4	49	102	Outros Depósitos	8.10	2.368	465
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.4	-	-	Outros depósitos		2.368	465
Aplicações no Mercado Interno		-	-	Outras obrigações	8.11	3.626	2.942
Relações interfinanceiras	8.5	2.400	408	Cobrança e Arrecadação tributps assemelhados		10	8
Créditos vinculados		2.400	408	Provisões para impostos e contribuições		55	72
Operações de crédito	8.6	2.773	2.730	Diversas		3.561	2.862
Operações de crédito		2.987	2.981	Patrimônio Líquido	8.12	3.193	3.238
(-) Provisão operações de crédito		(214)	(251)	Capital social		3.000	3.000
Outros créditos	8.7	1.831	1.107	Capital social subscrito		3.000	3.000
Diversos		1.831	1.107	Reserva de capital		231	238
Ativo Não Circulante		2.134	2.298	Reserva Legal Capital		231	238
Operações de crédito	8.6	1.395	1.591	Lucros Prejuízos acumulados		(38)	-
Operações de crédito		2.016	2.016	Lucros Prejuízos do Exercício Atual		- 38	-
(-) Provisão operações de crédito		(621)	(425)				
Permanente		739	707	PASSIVO TOTAL		9.187	6.645
Imobilizado de Uso	8.8	559	650				
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....		660	650				
(-) Depreciação Acumuladas		(101)	(69)				
(-) Móveis e equipamentos		(101)	(69)				
Intangível	8.9	180	126				
Ativos Intangíveis		247	173				
(-) Amortizações Acumuladas		(67)	(47)				
ATIVO TOTAL		9.187	6.645				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



4. Demonstração de Resultado | DRE

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023.
(Expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por cota)

	Nota Explicativa	30/06/2024	30/06/2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.589	1.543
Operações de crédito		2.589	1528
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	15
Rendas Tit. e Val. Mobiliários e Instr. Financ. derivativos		-	-
Operações de vena ou de transferência de ativos financeiros		-	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(449)	(410)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(449)	(410)
			-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.140	1.133
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(2.203)	(1.129)
Receitas de prestação de serviços		360	21
Rendas de tarifas bancárias		106	53
Recuperação de Crédito		34	(108)
Despesas de pessoal		(71)	(995)
Outras despesas administrativas		(2.580)	(100)
Despesas tributárias		(153)	-
Outras receitas operacionais		101	-
Outras despesas operacionais		-	0
RESULTADO OPERACIONAL		(63)	4
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	6
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(63)	10
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		25	84
Provisão para imposto de renda e Contribuição social (Corrente)		(15)	(14)
Provisão para Imposto de renda e Contribuição social (Diferido)		40	98
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO			-
Apuração de Resultado			-
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		(38)	94
Juros sobre o capital		-	-
Lucro por cota		R\$ -	R\$ 0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



5. Demonstração de Resultado Abrangente | DRE-A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023.
(Expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por cota)

	Nota Explicativa	30/06/2024	30/06/2023
LUCRO LÍQUIDO /PREJUÍZO DO PERÍODO		- 38	94
Outros Resultados Abrangentes		-	-
LUCRO LÍQUIDO /PREJUÍZO DO PERÍODO		- 38	94
Lucro (Prejuízo) por Cota		R\$ 0,00	R\$ 0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Patrimônio Líquido | DMPL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023.
(Expressos em reais - R\$)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos)	Total
			Legal	Especial	Acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.....	3.000	-	5	233	94	3.238
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Capital subscrito	-	-	-	-	-	-
Capital a Integralizar	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício.....	-	-	-	-	(38)	(38)
Destinações propostas:						
Distribuição Sócios	-	-	-	-	-	-
Dividendos Não Distribuídos	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(7)	-	(7)
Constituição	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024.....	3.000	-	5	226	56	3.193
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.....	3.000	106	-	-	-	3.106
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Capital subscrito	-	-	-	-	-	-
Capital a Integralizar	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício.....	-	-	-	-	94	94
Destinações propostas:						
Distribuição Sócios	-	(14)	-	-	-	(14)
Constituição	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO 2023.....	3.000	92	-	-	94	3.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



7. Demonstração Fluxo de Caixa | DFC

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO 2024 E 2023.
(Expresso em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota Explicativa	30/06/2024	30/06/2023
		173	550
Lucro /Prejuízo do Resultado		(38)	94
Ajustes por depreciação		52	46
Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa		159	410
Varição de Ativos e Obrigações		(2.038)	(192)
(Aumento) Redução dos Ativos :		(2.722)	(2.518)
Relações Interfinanceiras		(1.992)	(100)
Operações de crédito		(6)	(1.718)
Outros Créditos		(724)	(700)
Outros valores e bens		-	-
Aumento (Redução) dos Passivos :		684	2.326
Outras obrigações		(15)	33
Credores diversos País		-	-
Diversos		699	2.293
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		(1.865)	358
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		(84)	(424)
Aquisições Ativo Imobilizado		(84)	(424)
Caixa Líquido das Atividades de financiamento		1.896	(223)
Depósitos		1.903	(209)
Empréstimos País		-	-
Dividendos pagos		(7)	(14)
Aumento Capital		-	-
Varição no caixa e equivalente de caixa		(53)	(289)
Caixa equivalente de caixa no início do exercício		102	323
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		49	34
		(53)	(289)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



8. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Expressas em reais mil)

8.1. Contexto Operacional

A **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.**, CNPJ nº 18.394.228/0001-79, iniciou suas atividades no ano de 2013, tem por objeto a concessão de crédito a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, equiparando-se às instituições financeiras para efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

8.2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN.

A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial do período corrente está sendo comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. As demais demonstrações estão sendo comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas. A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A Instituição avaliou os eventos subsequentes até o dia 23 de agosto de 2024, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício a instituição não apurou resultados não recorrentes.

8.3. Principais Critérios Contábeis adotados

- a. **Receitas e Despesas:** as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.



- b. **Caixa e Equivalentes de Caixa:** conforme resolução vigente inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.
- c. **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
- d. **Valor de Recuperação de Ativos (*impairment*):** de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.
- e. **Operações de Crédito:** as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma "pro rata" dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo "AA" risco mínimo e "H" risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682/1999.
- f. **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e legislação complementar.
- g. **Imobilizado de Uso:** é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e



equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

- h. **Outros Valores e Bens – Despesas Antecipadas:** os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.
- i. **Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias:** as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º).
- j. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.
- k. **Utilização de Estimativas:** para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.



8.4. Caixa e Equivalente de Caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos Bancários	46	100
Reservas Livres	3	2
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-
Relações Interfinanceiras	-	-

8.5. Relações Interfinanceiras

Os valores referentes as Relações Interfinanceiras seguem a seguinte composição:

	30/06/2024	31/12/2023
Créditos Vinculados	2.400	408

8.6. Operações de Crédito

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pelos seus níveis de vencimento, tipo de cliente e ramo de atividade, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8.6.1. Composição das Operações de Crédito

	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	2.987	2.016	5.003	2.981	2.016	4.997
Subtotal	2.987	2.016	5.003	2.981	2.016	4.997
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	214	621	835	251	425	676
Total	2.773	1.395	4.168	2.730	1.591	4.321



8.6.2. Composição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa por níveis de risco

Nível de risco		30/06/2024		31/12/2023	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
A	0,50%	2.982	15	3.789	19
B	1,00%	53	1	90	1
C	3,00%	514	15	269	8
D	10,00%	432	43	89	9
E	30,00%	206	62	65	19
F	50,00%	87	44	124	62
G	70,00%	246	172	42	29
H	100,00%	483	483	529	529
Total		5.003	835	4.997	676

8.6.3. Evolução da Provisão de Crédito

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	676	193
Constituição do Exercício	449	783
Baixa do Período	(260)	(300)
Total	835	676

8.6.4. Concentração das Operações Crédito

	30/06/2024	%	31/12/2023	%
Maior devedor	373	0,07	257	0,05
Dez maiores devedores	1.512	0,27	1.225	0,23
Vinte maiores devedores	2.209	0,40	1.811	0,34
Cinquenta maiores devedores	2.738	0,49	2.246	0,42
Cem maiores devedores	3.052	0,55	2.539	0,48

8.7. Outros Créditos

A composição de outros créditos está assim demonstrada:

	30/06/2024	31/12/2023
Adiantamento de viagem	12	11
Adiantamento a terceiros	12	12
Adiantamento despesa	37	15
Adiantamento transitória de débito	865	507
Adiantamento Obra	139	73
Impostos a compensar	4	5
Crédito tributário	200	163
Devedores diversos	562	321
Total	1.831	1.107



8.7.1. *Impostos a Compensar*

Esses créditos foram constituídos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis na base de cálculo para determinação do imposto de renda e Contribuição Social sobre as provisões para créditos de liquidação duvidosa. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os créditos tributários diferidos são os seguintes:

Itens base do Diferimento	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	835	676

Os créditos tributários foram apurados com base nas alíquotas vigentes nas respectivas datas-bases. Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no Cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados.

Em atendimento ao requerido pelas Resoluções CMN nº 4.842|2021, eventual reversão, bem como a manutenção dos créditos tributários deverão ser avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

Conforme estudo técnico a Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias expectativa de realização prevista para os próximos 5 anos.

No semestre findo em junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo Início do Semestre	162	46
Constituição de crédito tributário	71	245
Baixa de crédito tributário	33	(129)
Saldo no Fim do período	200	162



8.8. Imobilizado

O ativo imobilizado da Sociedade no valor de R\$ 559 mil é composto por:

	30/06/2024	31/12/2023
Móveis e Equipamentos Sistema de processamento de dados	90	80
Veículos	150	150
Imóveis	420	420
(-) Depreciações Acumuladas	(101)	(69)
Total	559	581

8.9. Intangível

O ativo Intangível da instituição no valor de R\$ 180 mil é composto por Sistema de Processamento de Dados com taxa de depreciação de 20% a.a.:

	30/06/2024	31/12/2023
Sistema de processamento de dados	230	163
Outros	16	10
(-) Depreciações Acumuladas	(66)	(47)
Total	180	126

8.10. Outros Depósitos

	30/06/2024	31/12/2023
Conta de Pagamento Pré-Paga	2.368	465

8.11. Outras Obrigações

Abaixo a composição das outras obrigações:

	30/06/2024	31/12/2023
Cobrança e Arrecadação de Tributos assemelhados	10	8
Sociais e Estatutárias	-	-
Fiscais e Previdenciárias	55	72
Credores Diversos País	3.561	2.862
Total	3.626	2.942



8.12. Patrimônio Líquido

8.12.1. Capital Social

A sociedade possui integralizado capital social no montante de R\$ 3.000 mil representado por 3.000 mil cotas, com valor unitário de R\$ 1,00.

8.12.2. Reserva de Lucros

A Reserva de Lucros é constituída com a destinação do resultado do exercício totaliza o montante de R\$ 231 mil.

8.12.3. Juros sobre o Capital Próprio

A política de remuneração visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, Líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no contrato social.

Foi aprovada proposta da Diretoria para pagamento aos sócios de juros sobre capital próprio relativo semestre, no valor de R\$ 7 mil.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao semestre findo em 30/06/2024 está demonstrado a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do período	-	146
(-) Reserva legal	-	5
Base de cálculo	-	141
Juros sobre o capital próprio JCP	-	133

8.12.4. Lucro/Prejuízo Acumulado

A Sociedade apurou no encerramento do semestre o prejuízo no montante de R\$ 38 mil no semestre findo em 30/06/2024.



8.12.5. Impostos e Contribuições

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Discriminação	30/06/2024	30/06/2023
Contas de Resultado Credoras	3.261	1.623
Contas de Resultado Devedoras	(3.252)	(1.613)
Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	9	10
(+) Adições	449	410
(-) Exclusões	(396)	(335)
Lucro Tributável Antes Compensação Prejuízo Fiscal	62	85
(-) Compensação Prejuízos Exercícios Anteriores	(19)	(25)
Lucro Tributário Real	42	60
Imposto de Renda (15% + 10% adicional)	6	9
Contribuição Social (9%)	3	5

8.13. Gerenciamento de Risco

8.13.1. Risco de Crédito

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados.

8.13.2. Risco de Liquidez

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

8.13.3. Risco Operacional

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição,



bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

8.13.4. Risco Socioambiental

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável.

8.13.5. Risco de Capital

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens:

Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

8.13.6. Ouvidoria

O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.

8.13.7. Limite Operacional (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Resolução BCB 4.606/2017. Ela encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 48,20%, com o Patrimônio De Referência (PRS5) em R\$ 3.013.380,87.



8.14. Outras Informações

8.14.1. Elaboração das DF'S

Em conformidade com a Resolução nº 1.184/09, do Conselho Federal de Contabilidade | CFC, informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2024 foi autorizada pelos sócios da **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.** em 23/08/2024.

9. Relatório dos Auditores Independentes

Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Expressas em reais mil)

Camila Dias Barros
Diretora

Emille Francielle Dias Barros Catrinck
Diretora

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/0-3
Contador

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
CDC Sociedade de Crédito Direto S/A
Belo Horizonte/MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **CDC Sociedade de Crédito Direto S/A** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CDC Sociedade de Crédito Direto S/A** em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Pinhais, 27 de agosto de 2024.

Ronskoski Auditores Independentes S/S

CRC – PR N° 011842/O-5

CVM N° 13200



Luiz Eduardo Ronskoski

CRC – PR N° 044.768/O-3